



LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

Migrações Sul-Sul na África Subsariana no início do Século XXI

Inês da Silva Nunes

Março - 2014



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

Migrações Sul-Sul na África Subsariana no início do Século XXI

Inês da Silva Nunes

Orientação:

Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto

Professor Doutor Alexandre José Germano Abreu

Março - 2014

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Professores João Peixoto e Alexandre Abreu por toda a compreensão, apoio e verdadeira orientação que me deram neste processo, que foi para mim algo tumultuoso. O sustento acadêmico e a confiança transmitida foram essenciais para a conclusão desta etapa.

Estendo igualmente as minhas palavras de agradecimento a todos os Professores do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo conhecimento partilhado, e também a todos os colegas, pelas partilhas e trocas de experiência que enriqueceram este percurso e contribuíram para lhe dar sentido.

Por fim, um enorme agradecimento ao André, meu marido, companheiro atento e compreensivo neste percurso acadêmico e em todos os momentos. E também aos meus Pais, apoio constante e incondicional.

Resumo

Esta dissertação aborda a temática das migrações Sul-Sul, ou seja, migrações entre países em desenvolvimento, focando-se nos movimentos existentes entre os países da África Subsariana. Depois de abordar as teorias que procuram relacionar as migrações com o processo de desenvolvimento dos países, a análise é focada nas especificidades das migrações entre países do Sul, mais concretamente entre países da África Subsariana e a forma como estes movimentos têm sido influenciados pelo contexto de crescimento económico de alguns países do continente. Adicionalmente, pretende-se também analisar de que forma o crescimento destes países africanos tem influenciado o desenvolvimento de políticas de migração.

As migrações sempre foram uma realidade no continente africano estando associadas à história do continente e funcionando como estratégia de sobrevivência e forma de diversificar o rendimento das famílias. O crescimento económico recente de alguns países africanos transforma-os em polos de atracção para os migrantes da região, criando novos desafios para os governos locais que têm de lidar com a integração destes migrantes, sem provocar o descontentamento da população local enquanto procuram manter o foco no processo de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Migração; África Subsariana; Desenvolvimento; Crescimento Económico; Políticas.

Abstract

This dissertation is focused on South-South migration, the migration movements that occur between developing countries, more precisely the movements between countries of the Sub-Saharan African region. After a brief framework on the theory about the migration-development nexus, the specific characteristics of the movements of persons between Sub-Saharan African countries are analyzed in the context of the rapid economic growth of some countries of the region. We also intend to analyze how the economic growth of some African countries is contributing for the development of migration policies.

Migration movements have always been part of Africa's reality as they are deeply related to the continent's history and represent an important survival strategy for many people and a way of diversifying the family's income. The economic growth of some African countries makes them magnets for the region's migrants, creating new challenges for local governments who have to deal with the integration of these immigrants, without creating dissatisfaction among the local population and whilst keeping the focus on the development process of the country.

Keywords: Migration; Sub-Saharan Africa; Development; Economic Growth; Policies.

Índice

Introdução	7
1. Migrações e Desenvolvimento: Que Relação?	9
2. Migrações Sul-Sul	14
2.1 Migrações entre Países em Desenvolvimento	14
2.2 Migrações na África Subariana	23
3. Crescimento Económico em África e Migrações	34
Conclusões	41
Referências Bibliográficas	45

Introdução

As migrações internacionais são um dos fenómenos demográficos com mais influência na sociedade, provocando alterações nos países de origem e de destino dos migrantes. As deslocações de pessoas sempre foram uma realidade e constituem desde há milhares de anos uma estratégia de sobrevivência e uma forma de procurar melhores condições de vida. A migração pode ser despoletada pela situação económica, política ou social do país de origem mas existe um factor comum em todas as decisões de migrar: a esperança de uma vida melhor, que os migrantes acreditam que o seu país de origem não lhes consegue proporcionar.

Actualmente, a migração é um fenómeno global, o que faz com que praticamente todos os países do mundo tenham imigrantes a residir no seu território e também uma população de emigrantes que reside no estrangeiro. Thomas Faist (2013) analisa esta tendência, questionando se estaremos perante uma alteração de paradigma no qual a mobilidade se torna a norma. Os desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas tornaram as deslocações mais simples, rápidas e económicas. Por sua vez, também a comunicação está muito mais facilitada, o que contribui para manter a ligação do migrante com a sua família e com o seu país, facilitando a decisão de migrar.

Pela sua dimensão global e pelo seu impacto nas sociedades, as migrações são um dos temas que se encontra permanentemente na agenda política internacional. Se, por um lado, os países vêem com bons olhos a permanência de estrangeiros qualificados que trabalham em grandes empresas ou participam em projectos de

investigação científica, o mesmo não acontece com os imigrantes pouco qualificados, em relação aos quais existe uma ideia pré-concebida de associação com situações de distúrbios e delinquência. As diferenças culturais são também um factor de preocupação por parte dos governantes, uma vez que podem originar comportamentos xenófobos e contribuir para dificultar a integração dos imigrantes. Estas questões políticas têm sido principalmente levantadas pelos chamados países do Norte, os países desenvolvidos, face à entrada de migrantes oriundos dos países do Sul (países em desenvolvimento). Apesar deste tipo de deslocações ser a face mais visível das migrações internacionais, ou seja, apesar de existir a ideia de que as populações dos países em desenvolvimento se deslocam de forma massiva para o Norte desenvolvido, em busca de melhores condições de vida, isto não corresponde necessariamente à realidade. Existe um volume extremamente elevado de pessoas que se deslocam entre países do Sul, muitas vezes para os países vizinhos. Por exemplo, em 2013, existiam mais de 82 milhões de migrantes internacionais que se deslocaram entre países do Sul (United Nations 2013a). Estas deslocações, designadas como migrações Sul-Sul, têm um impacto muito significativo nos países envolvidos e na vida das populações.

Este trabalho tem como objectivo principal analisar as migrações Sul-Sul no interior do continente africano, em particular no contexto actual de emergência económica de alguns países africanos, que se transformaram em polos de crescimento e desenvolvimento. Um objectivo secundário é averiguar de que modo se começam a desenhar alterações políticas em resultado desta mudança recente. Estas temáticas estão ainda pouco analisadas na bibliografia internacional, e na de língua portuguesa

em particular, devido à relativa invisibilidade de alguns dos fluxos migratórios Sul-Sul e ao carácter recente das mudanças em África. Por esta razão, este trabalho deve ser entendido como sobretudo exploratório. A criação do Observatório ACP das Migrações em que o ISEG participou como membro do *Academic Advisory Board* foi um dos factores que contribuiu para a escolha do tema desta dissertação. A criação do Observatório contribuiu para melhorar o conhecimento sobre as migrações Sul-Sul e para a produção de dados estatísticos sobre as migrações no contexto africano. A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise da bibliografia e dos dados estatísticos disponíveis sobre o tema.

Na primeira parte do trabalho apresentamos uma visão geral sobre a relação entre migrações e desenvolvimento. De seguida, abordamos a temática das migrações Sul-Sul, com especial enfoque na realidade no continente africano. Depois, é abordado o recente panorama económico de África, com destaque para o crescimento de alguns países em particular, e para a influência que esta evolução económica teve nos fluxos migratórios e nas políticas relacionadas. Por fim, são apresentadas algumas conclusões e orientações para investigações futuras.

1. Migrações e Desenvolvimento: Que Relação?

Desde o início do estudo das migrações, no final do século XIX com Ravenstein¹, que estas sempre foram consideradas como parte do processo de desenvolvimento

¹ Ravenstein é considerado o único autor clássico que se dedicou ao estudo das migrações, na passagem do século XIX para o século XX, através da observação empírica da realidade e da consequente indução

dos países. Apesar disso, não se pode esperar que esse contributo seja decisivo para o desenvolvimento de um determinado país ou região, uma vez que o processo de desenvolvimento engloba diferentes componentes e depende, acima de tudo, da existência de instituições² capazes de conduzir esse processo. Adicionalmente, os migrantes constituem uma minoria da população e, apesar do seu contributo ser importante para as suas famílias e comunidades de origem, quer através das remessas, quer através de influência em termos de hábitos e comportamentos, este não deverá ser visto como um factor crucial para o desenvolvimento (Skeldon 2008).

A relação entre migrações e desenvolvimento tem vindo a ser analisada ao longo dos anos de forma ora optimista, ora pessimista, de acordo com a perspectiva de desenvolvimento predominante em cada época (de Haas 2008). Assim, até aos anos setenta do século XX as migrações eram sobretudo olhadas sob uma perspectiva optimista, à luz da teoria neoclássica da economia (fundamento dos modelos *push-pull*), que considerava que as deslocações de pessoas representavam uma forma de otimizar a alocação de recursos produtivos de forma benéfica para o país ou região de origem e de destino, quer nas deslocações internacionais, quer nas deslocações no interior do mesmo país, das áreas rurais para as urbanas (Harris e Todaro 1970). Entre os anos setenta e os anos noventa surge uma perspectiva pessimista das migrações, focada na “fuga de cérebros” e na crença de que a migração agrava as desigualdades entre países ricos e pobres, uma vez que os cidadãos mais qualificados e com mais

teórica, tendo formulado as sete “leis da migração” e abordado diversos conceitos que seriam mais tarde aprofundados por outros cientistas sociais, como é o caso da classificação dos migrantes e das regiões de atracção e repulsão (Peixoto 2004).

² De acordo com Douglas North (1991) as instituições são os constrangimentos, criados pela sociedade, que estruturam as relações políticas, económicas e sociais e que permitem criar ordem e reduzir a incerteza existente nas interacções.

capacidade de trabalho optam por abandonar o seu país, reforçando o ciclo vicioso de pobreza vigente e bloqueando o desenvolvimento (Baldwin 1970). Para além disso, esta perspectiva considera que as famílias dos migrantes se tornam dependentes das remessas enviadas pelos seus familiares residentes no estrangeiro e não investem esse capital em actividades geradoras de riqueza, mas sim em bens de consumo. A partir dos anos noventa, esta visão pessimista começa a ser criticada com base no argumento de que o impacto das migrações no desenvolvimento é heterogéneo e depende de diversos factores, tendo por isso de ser analisado de forma empírica, caso a caso. Esta visão sobre as migrações manteve-se e foi reforçada pelo incremento dos estudos focados no impacto das remessas (de Haas 2008). Para além disso, de Haas (2008) afirma que existe uma relação recíproca entre migrações e desenvolvimento e não uma relação de impacto, ou seja, apenas num dos sentidos.

Skeldon (2008) considera que existem três temas principais a considerar quando se analisa a relação entre migrações e desenvolvimento: as remessas, as migrações qualificadas ou “fuga de cérebros” e a diáspora ou comunidades transnacionais. No que diz respeito às remessas, estas representam um volume extremamente elevado de divisas enviadas pelos migrantes para as suas famílias, residentes no seu país de origem. De acordo com dados do Banco Mundial (2013)³, as remessas enviadas em 2013 para países em desenvolvimento estão estimadas em cerca de 414 mil milhões de dólares. Este rendimento extra enviado para as famílias dos migrantes contribui para a melhoria das suas condições de vida, podendo

³ <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2013/10/02/developing-countries-remittances-2013-world-bank>

funcionar igualmente como incentivo à economia local devido ao aumento do consumo. No entanto, existe a percepção de que estas remessas poderão aumentar as desigualdades entre regiões, uma vez que são direccionadas para as famílias dos migrantes que não constituem necessariamente a parcela da população mais necessitada. Por outro lado, as famílias que recebem este rendimento adicional canalizam-no em muitos casos para bens de consumo (muitas vezes importados, o que não tem impacto positivo na economia local) em vez de investi-los na melhoria das suas condições de vida a longo prazo (através de investimentos em educação, por exemplo), dando assim origem a situações de dependência e incentivando à migração futura de mais membros da família (Skeldon 2008).

A migração de indivíduos altamente qualificados (a chamada “fuga de cérebros”) é vista como algo de negativo pela maioria dos países em desenvolvimento uma vez que priva o país dos seus recursos mais qualificados que podem contribuir activamente para o processo de desenvolvimento (Skeldon 2008). Apesar do impacto que estas migrações possam ter no país de origem, é fundamental ter em conta que os migrantes são uma minoria da população e que não podem ser culpabilizados pela falta de desenvolvimento do país quando essa responsabilidade cabe às instituições sociais e políticas (Skeldon 2008).

Por fim, outro dos temas relevantes na análise da relação entre migrações e desenvolvimento é o conceito de diáspora ou de comunidades transnacionais que, em certa medida, agrega o impacto das remessas e a problemática dos migrantes qualificados. Este conceito está baseado na ideia de que os migrantes não perdem as

ligações ao seu país ou região de origem, formando uma comunidade transnacional baseada na sua identidade comum que, para além de enviar remessas para as famílias residentes no país de origem, pode influenciar positivamente o desenvolvimento do seu país, através do financiamento de obras de interesse comunitário ou através do apoio (ou da oposição) ao governo vigente (Skeldon 2008; UNDP 2009). Apesar do conceito de transnacionalismo ser recente, este não é um fenómeno novo, pois desde há vários séculos que o termo “diáspora” é utilizado para designar comunidades deslocadas que mantêm uma identidade cultural forte, como é o caso da comunidade judaica (Castles 2005). O conceito de comunidade transnacional pressupõe, de acordo com Castles (2005), a existência de uma comunidade com uma forte ligação a duas ou mais sociedades e que desenvolve actividades transfronteiriças a nível político, económico, social ou cultural. A formação deste tipo de comunidades resulta, em parte, da influência das políticas vigentes no país receptor. Assim, um país onde os imigrantes são vítimas de exclusão e discriminação pode levar à formação de comunidades transnacionais, pois existe um reforço da união comunitária e uma orientação para a terra natal. De igual forma, também um país que acolha os seus imigrantes de forma positiva e que incentive a multiculturalidade torna igualmente propícia a formação de comunidades transnacionais (mais abertas e cosmopolitas do que no caso anterior), uma vez que promove a preservação da cultura dos imigrantes (Castles 2005). Por outro lado, o comportamento destas comunidades depende também dos seus países de origem que devem procurar manter o envolvimento dos emigrantes através, por exemplo, do estabelecimento de acordos com os países de

destino para reconhecimento das suas habilitações, da garantia de direito de voto nas eleições do país de origem e na possibilidade de dupla cidadania (Abreu 2009).

2. Migrações Sul-Sul

2.1 As Migrações entre Países em Desenvolvimento

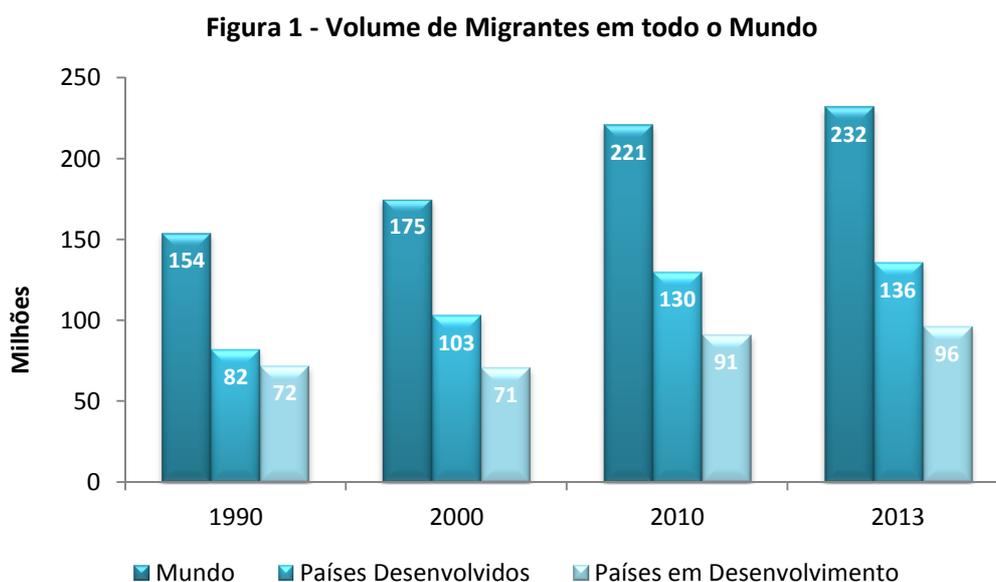
O trabalho de investigação existente sobre a temática das migrações internacionais tem-se focado predominantemente nos movimentos existentes entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, ou seja, as migrações Sul-Norte. Apesar disso, se analisarmos os dados estatísticos existentes sobre as migrações internacionais registadas em todo o mundo, verificamos que existem outros movimentos com tão grande ou maior representatividade, como é o caso das migrações Sul-Sul. Em 2013, existiam mais de 82 milhões de migrantes que se deslocaram entre países do Sul. Em 1990 este valor situava-se nos 59 milhões, tendo aumentado 41% entre 1990 e 2013 (United Nations 2013a). Neste contexto, importa compreender quais as motivações destes movimentos e quais os seus impactos na vida das populações que se deslocam, bem como nos países de origem e de destino.

As migrações Sul-Sul são deslocações efectuadas entre países em desenvolvimento (Bakewell 2009). No entanto, não existe consenso sobre a definição de países em desenvolvimento e, conseqüentemente, pertencentes ao Sul. De acordo com Bakewell (2009), existem três formas distintas de classificação de países que permitem distinguir entre países do Sul e países do Norte: as Nações Unidas

classificam os países pelo seu nível de desenvolvimento; o Banco Mundial classifica-os com base no rendimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) categoriza os países de acordo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estas diferentes classificações influenciam a análise das migrações, pois fazem variar os volumes de migrantes considerados como estando a deslocar-se no Sul. Estas diferenças revelam como o conceito de Sul pode ser por vezes distorcido, por se tratar de um conceito extremamente vasto e com alguma ambiguidade. Por exemplo, o facto de na definição de Sul utilizada pelas Nações Unidas os países da ex-União Soviética serem considerados países desenvolvidos, faz com que de acordo com esta classificação a percentagem de migrações Sul-Sul seja inferior à registada na classificação do PNUD (33% no primeiro caso e 45% no segundo) (Bakewell 2009). Adicionalmente, é relevante ter em conta que estes conceitos têm uma forte carga histórica associada e foram criados com base em pressupostos e ideias próprios de uma determinada época. De qualquer forma, apesar das diferentes métricas existentes, o volume de pessoas que se desloca no mundo em desenvolvimento é indiscutivelmente elevado e digno de uma análise dedicada. Nesta análise, é fundamental ter em conta a perspectiva histórica, uma vez que em algumas regiões do mundo, como é o caso do continente africano, as deslocações sempre fizeram parte das estratégias de sobrevivência da população local, quer no que diz respeito à procura de um acesso mais facilitado a recursos naturais, quer a novos mercados de trabalho. Adicionalmente, também as rotas comerciais, como é o caso das rotas através do deserto do Sara, sempre funcionaram como forma de contacto entre os países do Norte de África e os países da África Subariana obrigando à deslocação e fixação de

migrantes ao longo do trajecto (Bakewell e de Haas, 2007 *in* Bakewell 2009). Importa ainda ter em conta o carácter heterogéneo das migrações (ou seja, se estes movimentos são nacionais ou internacionais, regulares ou irregulares) e dos seus motivos uma vez que isso influencia o acesso dos migrantes ao mercado de trabalho, à saúde e educação (Tolentino 2009).

De acordo com dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, em 2013, existiam 232 milhões de migrantes em todo o mundo, cerca de 136 milhões nos países desenvolvidos e 96 milhões nos países em desenvolvimento (Figura 1) (OECD-UNDESA 2013). A maioria dos migrantes são oriundos de países do Sul: dos 232 milhões de migrantes existentes em 2013, 164 milhões (71%) nasceram em países do Sul (United Nations 2013a). Importa ressaltar que, quando olhamos para dados referentes às migrações, devemos ter em conta que muitas das deslocações são feitas sem qualquer tipo de registo formal, principalmente nos países do Sul (Bakewell 2009) e que, portanto, estes dados apenas representam parte da realidade.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados das Nações Unidas (2013)

Entre os migrantes oriundos de países do Sul existem cerca de 82,3 milhões que vivem noutra país do Sul, valor que excede ligeiramente o número de migrantes nascidos no Sul mas que residem no Norte, cerca de 81,9 milhões (Tabela I). Entre 1990 e 2013, o volume de migrantes Sul-Sul sofreu um aumento de 41% passando de 59 milhões para os 82 milhões registados em 2013 (United Nations 2013a).

Tabela I – Distribuição de Migrantes por Origem e Destino em Milhões (2013)

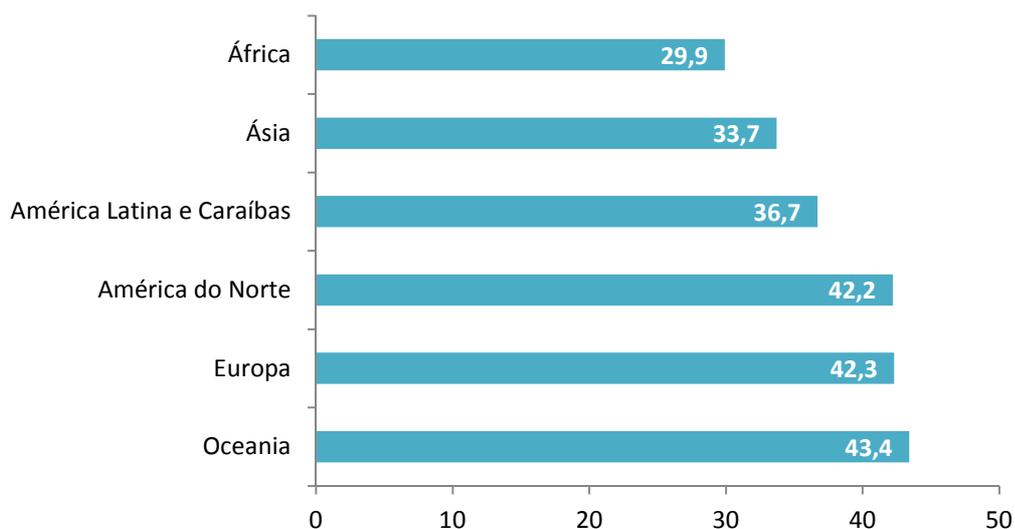
	Sul	Norte
Sul	82,3	81,9
Norte	13,7	53,7

Fonte: United Nations (2013a)

Apesar destes números serem elevados, os migrantes representam uma pequena parte da população mundial. Por exemplo, nos países em desenvolvimento representam menos de 2% do total da população (OECD-UNDESA 2013). Quando comparamos os migrantes que se deslocam para países desenvolvidos com os migrantes que residem nos países do Sul (independentemente da sua região de origem), verificamos que estes últimos são predominantemente do sexo masculino e são cerca de nove anos mais jovens que os migrantes que residem no Norte. No que diz respeito ao género, verifica-se que a percentagem de mulheres entre os migrantes é menor no Sul (43%) do que no Norte (52%). Em África, as mulheres representam 46% dos migrantes sendo que quando olhamos para os migrantes de todo o mundo esta percentagem é de 48% (United Nations 2013d). Quanto à idade, a média de idades dos migrantes que residem em África é de 30 anos, enquanto na Europa sobe para os 42

anos (Figura 2) (OECD-UNDESA 2013). A maioria dos migrantes tem entre 20 e 64 anos fazendo parte da população activa. Destes, 61% residem em países do Norte. Por sua vez, dos 15% de migrantes com idades inferiores a 20 anos, 23% residem em países em desenvolvimento (United Nations 2013b).

Figura 2 - Média de Idade dos Migrantes por Região (2013)



Fonte: OECD-UNDESA (2013)

Olhando para os migrantes residentes nos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e para o seu nível de educação, verificamos que um em cada três migrantes tem níveis de educação baixos e que esse valor tem vindo a aumentar nos últimos anos. Apesar disso, o volume de migrantes com um nível de educação elevado⁴ cresceu cerca de 70% nos últimos dez anos, alcançando os 27,3 milhões em 2010/2011 (OECD-UNDESA 2013). Este crescimento é fortemente impulsionado pela emigração asiática altamente qualificada

⁴ De acordo com o Banco Mundial, um nível de educação elevado corresponde a uma educação superior ao ensino secundário que inclui frequência de universidades ou instituições de ensino especializadas.

mas também a migração qualificada oriunda do continente africano tem crescido bastante nos últimos anos, chegando aos 2,9 milhões de migrantes em 2010/2011 (OECD-UNDESA 2013). Estes dados levantam a questão da “fuga de cérebros”, que é muito mais acentuada em países de pequena dimensão e estados insulares de África, América Latina e Caraíbas. No caso de África, uma em cada nove pessoas com educação superior reside num país da OCDE. Na maioria dos países de origem a taxa de emigração das pessoas com mais qualificações é superior à taxa de total de emigração o que demonstra que existe uma “selecção dos migrantes”, com base no seu nível de educação (OECD-UNDESA 2013). Esta selecção é incentivada pelas políticas de alguns países da OCDE que privilegiam a entrada de migrantes qualificados sendo estes seleccionados de acordo com as suas qualificações e existindo em alguns casos, como nos Estados Unidos, um sistema de quotas para migrantes com determinadas qualificações (Docquier 2006).

Ainda que a maioria das migrações Sul-Sul aconteçam no interior do mesmo continente, existem também movimentos entre países de continentes distintos. Estes movimentos são influenciados pela herança colonial dos países (exemplo disso são os migrantes oriundos da Índia que residem nas antigas colónias britânicas de África) e também pelas dinâmicas diferenciadas de crescimento e seus efeitos na procura e oferta de mão-de-obra. Se, há alguns anos atrás, os países produtores de petróleo funcionavam como principal polo de atracção destes migrantes, hoje em dia esse papel cabe principalmente aos grandes países emergentes, ou BRICS. Exemplo disso é a crescente emigração oriunda da África Subariana com destino à China (IOM 2013a).

De acordo com Bakewell (2009), podemos considerar que existem quatro motivações principais para as migrações Sul-Sul: estratégias de sobrevivência, contexto político, factores sociais e culturais, e condições ambientais. No que diz respeito às estratégias de sobrevivência, podemos dizer que, desde sempre, as deslocações foram uma das formas do ser humano procurar melhores condições de vida para si e para a sua família (UNDP 2009). Assim, muitas das deslocações existentes entre países do Sul têm como motivação a busca por melhores oportunidades de emprego, que permitam melhorar as condições de vida da família, através da deslocação de zonas rurais para zonas urbanas ou para outro país que ofereça mais oportunidades (UNDP 2009). Podemos dizer que existe uma “abordagem de subsistência” (*livelihood approach*) que deve ser considerada no estudo das migrações (de Haan 1999; McDowell e de Haan 1997; Olwig e Sørensen 2002 *in* Bakewell 2009). Para além de parte de uma estratégia de subsistência e de procura de melhores condições de vida, a decisão de migrar é sempre tomada num determinado contexto político, que pode ser crucial para a tomada dessa decisão, principalmente se estivermos perante uma situação de violência ou conflito (UNDP 2009). Este factor ganha maior relevo quando analisamos as deslocações entre países do Sul, uma vez que, de acordo com o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, em 2013, existiam cerca de 17,7 milhões de refugiados no mundo, sendo que nove em cada dez destes refugiados encontrou asilo num país em desenvolvimento. Para além das situações de conflito que originam refugiados, as populações podem ser incentivadas a deslocar-se devido a alterações na ideologia política do governo ou devido a mudanças nas relações e alianças internacionais (Bakewell 2009). Adicionalmente, existem também factores

sociais que podem determinar a migração, como é o caso do acesso à educação e do casamento, que faz com que um dos parceiros se desloque para o local de origem do outro (UNDP 2009). Em algumas culturas (por exemplo, no Senegal), a migração é vista como um ritual de passagem através do qual os rapazes se transformam em homens, sendo um factor relevante para a afirmação social (UNDP 2009). Por fim, alterações ambientais, como secas, cheias e furacões, podem também ser um dos factores que pesa na decisão de migrar (Bakewell 2009; UNDP 2009).

Olhando com mais detalhe para o contexto político no que diz respeito às migrações no interior do continente africano, é importante ter em conta que as fronteiras internacionais em África são extremamente porosas, existindo pouco controlo dos movimentos transfronteiriços, e que estas têm pouco significado, uma vez que a maioria foi criada pelo poder colonial no final do século XIX (Bakewell 2009; Adepoju 1998 *in* Adepoju 2007). Estas fronteiras, criadas para definir os territórios dominados por cada uma das potências coloniais, não tiveram em conta a cultura das populações locais e acabaram por traçar uma linha administrativa a separar indivíduos com o mesmo enquadramento cultural e social. Assim, de acordo com Adepoju (1998 *in* Adepoju 2007), as migrações no interior do continente africano que implicam a passagem de fronteiras devem ser olhadas juntamente com as deslocações que ocorrem no interior do mesmo país, devido precisamente ao escasso significado das fronteiras terrestres. Não obstante esta particularidade do continente africano, a passagem de uma fronteira implica sempre a entrada num território com uma soberania e instituições distintas e onde a condição jurídica e social dos estrangeiros é sempre diferente da dos cidadãos locais.

Nos últimos anos, tem existido uma crescente preocupação por parte de alguns países do Sul, nomeadamente de África, com a definição de políticas de imigração mais restritivas. Tal acontece, por exemplo, nos países do norte de África, em linha com as políticas do “Norte”, neste caso da Europa, que tem exercido pressão para que exista maior controlo nas deslocações no interior do continente africano, que são vistas como um passo intermédio no percurso em direcção a um país europeu. Para além dos países do Norte de África, também têm sido definidas políticas de imigração mais restritivas em alguns países mais a Sul, como é o caso da Nigéria e de Angola. No caso de Angola, a estabilidade alcançada com o final da guerra civil em 2002 e o rápido crescimento económico do país têm funcionado como factor de atracção para muitos migrantes dos países vizinhos e também da Europa (MASR ANG 2010 *in* ACP Observatory on Migration 2010a). Neste contexto, o governo angolano tem vindo a reforçar o controlo das fronteiras e aprovou uma legislação que regula a entrada e permanência dos imigrantes (ACP Observatory on Migration 2010a). A par destas políticas restritivas, existem algumas tentativas de promover a migração laboral, como por exemplo no âmbito de entidades regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) (Bakewell 2009). Estes acordos estabelecem a livre circulação de pessoas, mas isso não significa que os migrantes não tenham dificuldades na passagem das fronteiras e na fixação no país de destino, devido à burocracia, à corrupção das autoridades (Bakewell 2009) e ao facto das intenções estabelecidas nos acordos regionais não estarem integralmente reflectidas em legislação concreta (UNDP 2009).

2.2 Migrações na África Subariana

Neste ponto, pretende-se analisar os fluxos migratórios existentes na África Subariana, com especial atenção para as deslocações entre países desta região. As migrações existentes na África Subariana são originadas por um conjunto de factores: crescimento rápido da população, instabilidade política e social, conflitos étnicos, declínio económico, pobreza e deterioração dos ecossistemas (Adepoju 2007).

No caso de África, o período colonial teve grande influência nas deslocações de pessoas, quer de forma voluntária, quer de forma forçada, principalmente ao nível do comércio de escravos. Apesar de não terem sido os europeus a introduzir a escravatura em África, a colonização do Novo Mundo trouxe uma nova dimensão à escravatura fazendo com que milhares de pessoas fossem forçadas a abandonar o seu local de origem (Birmingham, 1981; Miller, 1988 *in* Bakewell 2009; UNDP 2009). Por outro lado, o poder colonial fez grandes esforços para evitar a deslocação de pessoas para fora dos territórios que se encontravam sob o seu domínio, por motivos económicos (a população local constituía uma indispensável força de trabalho) e também por motivos políticos (para controlar o crescimento da população urbana e minimizar o risco de sublevação). Esta repressão da população local foi levada a cabo através da imposição de trabalhos forçados e da implementação de impostos (Bakewell 2009). Outras medidas como a expropriação de terras, que se verificou em algumas colónias, tinham o efeito contrário funcionando como incentivo à migração. De qualquer forma, as deslocações de pessoas eram comuns e muitas dessas rotas migratórias continuam a existir durante os dias de hoje. Mais tarde, com o final dos

regimes coloniais, surgiram novas vagas de deslocados, principalmente refugiados, resultantes dos inúmeros conflitos que eclodiram um pouco por todo o continente e que se prolongaram durante vários anos, levando à deslocação de milhares de pessoas para os países vizinhos e para outras regiões dentro do seu próprio país (deslocados internos) (Bakewell 2009).

Quando olhamos para as deslocações dentro do continente constatamos que, de acordo com o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, existiam 17 milhões de migrantes internacionais na África Subsariana, em 2013⁵. De acordo com dados das Nações Unidas (2013b), 82% dos migrantes residentes em África eram oriundos de outro país africano. Devido ao peso da herança colonial, as populações tendem a deslocar-se entre países que estiveram sob o domínio da mesma potência colonial, sendo por isso frequentes as deslocações de pessoas entre países francófonos, anglófonos e lusófonos. As deslocações para os países vizinhos são facilitadas pela existência de relações étnicas, partilha da mesma língua, cultura e religião (UNDP 2009). Outro factor importante que leva a que muitos migrantes se desloquem para os países vizinhos são os custos associados a estas deslocações (UNDP 2009). Ou seja, verifica-se que os migrantes oriundos das regiões mais pobres tendem a deslocar-se para os países mais próximos necessitando assim de um investimento inicial mais reduzido e com menos riscos (Shimeless 2010; UNDP 2009). Estas deslocações são consideradas como migrações internacionais (uma vez que implicam a passagem de uma fronteira), apesar de muitos migrantes não as sentirem como tal, uma vez que existe uma matriz cultural comum. Pelo contrário, alguns migrantes que

⁵ <http://esa.un.org/unmigration/documents/WallChart2013.pdf>

se deslocam para outras regiões dentro do seu próprio país são vítimas de exclusão devido às diferenças étnicas existentes (Oyeniya 2013). Por exemplo, um migrante que se desloque do Norte para o Sul da Nigéria pode percorrer vários milhares de quilómetros, sendo considerado um migrante interno, enquanto outro que percorra poucos metros para chegar a um local onde vivem membros da sua etnia é considerado um migrante internacional, uma vez que atravessou uma fronteira (Oyeniya 2013).

Apesar de serem comuns as deslocações para os países vizinhos, existem também países de passagem, que os migrantes cruzam para chegar ao seu destino final. É o caso do Níger, por onde passam muitos migrantes oriundos dos países da África Subariana em direcção ao Norte de África e à Europa. A partir de 2006 os movimentos em direcção aos países do Sul da Europa diminuíram devido ao reforço do controlo das fronteiras e à criação da agência de segurança FRONTEX (Tolentino 2009). Estes países de passagem transformam-se por vezes em países de destino para alguns migrantes, que acabam por não seguir viagem (Awumbila et al 2013 *in* IOM 2013a). Importa ainda referir que a distinção entre países tendencialmente de origem ou de destino de migrantes não é linear, uma vez que muitos países enviam praticamente o mesmo número de migrantes que recebem. Exemplo desta realidade no contexto africano é o Quénia, que atrai muitos migrantes dos países da África Ocidental e Central, devido ao peso da sua economia no continente, mas que, simultaneamente, também envia migrantes para os países da África Austral e Oriental e também para fora do continente (IOM 2013a).

As migrações na África Subariana caracterizam-se por terem um carácter de circularidade, ou seja, os diversos tipos de movimentos, quer dentro do mesmo país, quer implicando a passagem de uma fronteira, são tendencialmente temporários ou sazonais (Adepoju 2007). Exemplo deste tipo de deslocações são as migrações sazonais, que permitem que a população tire partido das diferenças nas condições climáticas para a produção agrícola ou para a criação de gado (Awumbila et al 2013 *in* IOM 2013a). Por sua vez, as migrações laborais no interior do continente africano são influenciadas pelas exigências do mercado e pela estabilidade dos países e regiões. Por exemplo, em Angola, o aumento da estabilidade política e dos investimentos nos sectores da extracção e da construção têm atraído muitos migrantes para trabalhar nestes sectores (IOM 2013a). Outro dos fenómenos que se tem vindo a verificar em muitos países africanos é o facto de novos migrantes ocuparem os lugares deixados pelos emigrantes que partiram. Isso acontece, por exemplo, com os migrantes que deixam as zonas rurais em direcção às cidades e que acabam por ocupar os postos de trabalho que ficaram vagos com a partida de emigrantes para o estrangeiro (IOM 2013a). Verifica-se também a deslocação de migrantes altamente qualificados, que se deslocam principalmente para os países com as economias mais desenvolvidas da região. Exemplo desta realidade é o Quénia, país com uma economia dinâmica que tem aumentado o número de trabalhadores altamente qualificados, principalmente oriundos de países da África Oriental (Oucho et al 2013) que, em alguns casos, acabam por emigrar para outros países do continente também com economias mais desenvolvidas, como é o caso da África do Sul. A África do Sul é um país que há muito tempo atrai trabalhadores africanos, nomeadamente oriundos da região Sul de

Moçambique (Araújo 2011). É ainda de notar que, ao contrário do que acontece noutras regiões, os migrantes qualificados que se deslocam no interior do continente africano, trabalham, na maioria dos casos, na sua área de formação, não existindo assim um “desperdício de cérebros” (Kinyanjui Kinuthia 2013).

Está comprovado que a emigração tem, muitas vezes, um impacto positivo no desenvolvimento humano dos migrantes e das suas famílias que permanecem no país de origem, uma vez que estas investem mais em educação e aumentam o seu nível de consumo por terem rendimentos mais elevados (UNDP 2009). Apesar dessa diferença de rendimento ser tendencialmente superior nos migrantes que se deslocam para países do Norte, também se verifica nos migrantes Sul-Sul. Também as famílias dos migrantes que regressam tendem a realizar despesas mais elevadas com educação e saúde, têm uma taxa de desemprego menor e são tendencialmente mais empreendedores (IOM 2013a). No entanto, importa destacar que esta diferença de rendimentos pode ser justificada pela situação inicial das famílias, uma vez que os migrantes normalmente não pertencem às famílias mais pobres (IOM 2013a; UNDP 2009).

No que diz respeito às remessas enviadas pelos migrantes residentes noutros países africanos, verifica-se que, de acordo com o Banco Mundial, o valor real transferido deverá ser cerca de 50% superior ao valor registado através de transferências formais. A predominância das transferências informais deve-se à inacessibilidade dos bancos para grande parte da população e aos elevados custos associados às transferências. Formas inovadoras de transferir dinheiro, como as

transferências móveis⁶, estão a ter bastante aceitação entre os migrantes africanos, devido aos baixos custos e à possibilidade de transferir pequenas quantias (IOM 2013a; UNDP 2009). Também a possibilidade de enviar remessas sob a forma de produtos (como medicamentos e electrodomésticos) e pedir que estes sejam entregues à família residente no país de origem é uma outra forma de contornar os custos das transferências (Tolentino 2009).

Para além deste impacto mais tangível existe igualmente um legado menos físico associado à migração, as chamadas “remessas sociais”. De acordo com a definição de Levitt, as “remessas sociais” são as ideias, comportamentos e identidades partilhadas entre os emigrantes e as comunidades do país de origem, que influenciam a sua realidade social, cultural e política (Levitt 1998; UNDP 2009). O que acontece é que, quando um migrante chega ao país de acolhimento, traz consigo um enquadramento socio-cultural característico do seu país e comunidade de origem. Através do contacto com a cultura do país de acolhimento o migrante tende a alterar os seus hábitos, comportamentos e forma de pensar, incorporando na sua matriz cultural os elementos que absorve do país receptor. Estas alterações de comportamentos e valores são transmitidas às famílias dos migrantes através de telefonemas, visitas ou quando os migrantes regressam ao seu país. Dependendo das características da comunidade de origem e do peso da comunidade migrante, estes acabam por influenciar os comportamentos e valores vigentes, contribuindo para a

⁶ O sistema de transferências móveis mais bem-sucedido de África é o M-PESA e pode ser utilizado no Quênia. Este sistema foi lançado em 2007 pela operadora de telecomunicações líder do país, a Safaricom, é utilizado por mais de 17 milhões de quenianos e por ele circulam cerca de 25% do PIB do país.

alteração de práticas estabelecidas e podendo ter um impacto positivo na vida destas comunidades (Levitt 1998; UNDP 2009). Um exemplo deste tipo de transmissão de conhecimento no contexto africano é o caso dos pescadores do Gana, que transmitiram às mulheres do Senegal e da Gâmbia as suas técnicas de tratamento e conservação de peixe, contribuindo para aumentar o rendimento destas comunidades (IOM 2013a).

Devido à relativa proximidade entre os países de origem e de destino, muitos dos migrantes que se deslocam no interior do continente africano regressam ao seu país de origem de forma definitiva ou para visitar os seus familiares e amigos. Um estudo realizado junto de migrantes oriundos do Quênia indicou que estes visitam o seu país em média de dois em dois anos, sendo que o principal obstáculo ao regresso permanente consiste nas condições financeiras (Kinyanjui Kinuthia 2013). A estabilidade política, a segurança e o crescimento económico são factores que contribuem para o regresso dos migrantes.

Olhando para os fluxos migratórios das quatro principais regiões da África subsariana (Tabela II) é possível identificar algumas características e tendências específicas de cada região⁷.

⁷ As regiões consideradas estão de acordo com a divisão feita pelas Nações Unidas. São elas: África Ocidental, composta por Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. África Oriental composta por Comoros, Burundi, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Maurícias, Malawi, Moçambique, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué. África Central composta por Angola, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Chade; e, por fim, a região da África Austral composta por Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia.

Tabela II - Migrantes por Região de África (2013)

Regiões de África	Nº Migrantes Internacionais (milhões), 2013
África Ocidental	6,7
África Oriental	5,2
África Central	2,2
África Austral	2,6

Fonte: United Nations, (2013b)

Na África Ocidental existe uma forte tradição de deslocamentos entre os vários países da região, devido não só à sua proximidade, mas também às fortes relações sociais, culturais e económicas existentes (ACP Observatory on Migration 2010b). Actualmente, de acordo com os dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU⁸, existem cerca de 6,7 milhões de migrantes internacionais nesta região sendo os principais países de destino a Costa do Marfim e a Nigéria. As migrações ocorrem principalmente de Norte para Sul, sendo os países com mais tradição de emigração (sobretudo a partir dos anos sessenta do século XX) o Burkina Faso, Mali, Togo e Gana. Até à década de 1960 o Gana era o principal país de destino da região, sendo depois substituído pela Costa do Marfim, que se tornou o principal destino dos migrantes devido às políticas de abertura praticadas nos anos após a independência e às necessidades de mão-de-obra (Adepoju 2007). A Nigéria recebeu muitos imigrantes no início dos anos setenta, devido ao aumento da produção de petróleo, mas, com o declínio económico que o país experienciou nos anos oitenta, tornou-se num país de emigração. O Senegal posiciona-se como um país de emissão e

⁸ <http://esa.un.org/unmigration/documents/WallChart2013.pdf>

recepção de migrantes, tendo mais recentemente passado a assumir uma posição de país de trânsito dos migrantes que pretendem chegar à Europa (Adepoju 2005). Em 1975 foi fundada a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO⁹) com o objectivo de promover a cooperação económica na região. Entre os principais objectivos da CEDEAO encontra-se a remoção dos obstáculos às movimentações de bens, capital e pessoas dentro da região e a criação de uma cidadania comunitária (Adepoju 2005; Charrière 2008). Assim, o acordo assinado pelos países membros estabeleceu a “livre circulação de pessoas, o direito de residência e o direito de estabelecimento” (Charrière 2008). Apesar da existência destes objectivos, muitos deles continuam a não passar de intenções, uma vez que na prática os migrantes continuam a encontrar muitos obstáculos nas suas deslocações no interior da comunidade (UNDP 2009; Charrière 2008).

Na região da África Oriental, em 2013, existiam cerca de 5 milhões de migrantes internacionais, de acordo com o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas¹⁰. Os principais países de emigração são a Eritreia, Etiópia, Djibouti e Somália (os países do Corno de África), Burundi, Ruanda e Moçambique. Por sua vez, os principais países de imigração são o Quénia, Tanzânia, Malawi e Zimbabué. O Uganda e a Zâmbia são considerados países de imigração e também de emigração (Adepoju 2007). Uma das características da migração nesta região consiste nos movimentos forçados efectuados pela população dos países do Corno de África, que

⁹ A CEDEAO é composta desde 2002 por quinze países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (Charrière 2008). A Mauritânia fazia parte da formação inicial da comunidade mas abandonou-a em 1999 após a Cimeira realizada em Lomé, Togo, onde foram acordados os termos de um mecanismo comunitário de defesa e manutenção da paz (www.ecowas.int).

¹⁰ <http://esa.un.org/unmigration/documents/WallChart2013.pdf>

procura escapar das situações de conflito e que se desloca para os países vizinhos em busca de asilo. Os conflitos armados e a instabilidade existente nestes países criam também um elevado número de deslocados internos (ACP Observatory on Migration 2011b). Verifica-se também uma elevada prevalência de migrações laborais, facilitadas pela proximidade dos países e pelo facto de todos os países da região fazerem parte do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), com excepção da Somália e da Tanzânia (ACP Observatory on Migration 2011b). Esta região caracteriza-se pela existência de uma matriz cultural comum entre a população do Quênia, da Tanzânia e do Uganda, países que, em 1999, assinaram o tratado que estabeleceu a criação da Comunidade da África Oriental (EAC¹¹), com o objectivo de promover a cooperação económica, social e política entre os três países membros (Musonda 2006). Um dos propósitos da criação da EAC foi o estabelecimento da livre circulação de pessoas, serviços e bens, bem como o direito de residência e de estabelecimento, tendo o mercado comum da EAC entrado oficialmente em vigor em 2010 (ACP Observatory on Migration 2011b).

A África Central é uma região com uma forte proximidade cultural entre os países que a compõem, sendo todos países francófonos, com excepção da Guiné Equatorial (país hispânico mas que está actualmente em processo de adesão à Comunidade de Países de Língua Portuguesa), São Tomé e Príncipe e Angola (ambos lusófonos) (ACP Observatory on Migration 2011a). Em 2013 existiam cerca de 2 milhões de migrantes internacionais na região estando estes em maior número na

¹¹ A EAC é composta por cinco países: os países fundadores, Quênia, Tanzânia e Uganda; e o Burundi e Ruanda, que aderiram à comunidade em 2007.

República Democrática do Congo, Congo e Chade¹². No que diz respeito à emigração dentro da região, os países com um volume mais elevado de migrantes a residir noutros países são a República Democrática do Congo e o Chade (ACP Observatory on Migration 2011a). Existe igualmente uma forte prevalência de migrações entre países vizinhos para a realização de trocas comerciais, que se têm mantido ao longo do tempo sendo também comum na região a circulação de professores (ACP Observatory on Migration 2011a), facto que se justifica pela proximidade linguística.

Por fim, na África Austral o principal país de destino é a África do Sul, devido ao desenvolvimento da sua economia (Tolentino 2009). De facto, em 2013, de acordo com dados da ONU, existiam cerca de 2,6 milhões de migrantes internacionais na região, sendo que mais de 2 milhões residiam na África do Sul¹³. Os migrantes residentes na África do Sul, oriundos na sua maioria do Botswana, Lesoto, Suazilândia, Moçambique e Malawi, trabalham principalmente na indústria mineira e na agricultura e são muitas vezes “migrantes circulares”, ou seja, migrantes que trabalham durante um período limitado de tempo, regressando depois ao seu país de origem durante o tempo que lhes for financeiramente viável (Adepoju 2007). Todos os países da África Austral¹⁴ são membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que pressupõe, entre outros objectivos de integração e cooperação regional, a facilitação da deslocação de pessoas no interior da região. Este objectivo foi oficializado com a assinatura de um protocolo em 2005. No entanto, em 2010, apenas

¹² <http://esa.un.org/unmigration/documents/WallChart2013.pdf>

¹³ <http://esa.un.org/unmigration/documents/WallChart2013.pdf>

¹⁴ Na divisão efetuada pelo grupo de países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué estão agrupados na África Austral. No entanto, na divisão efetuada pela ONU estes são considerados parte das regiões Oriental (Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué) ou Central (Angola).

cinco países (Botswana, Lesoto, Moçambique, África do Sul e Suazilândia) tinham ratificado o protocolo, o que impossibilita a sua implementação uma vez que é necessária a ratificação de nove países (ACP Observatory on Migration 2011c).

3. Crescimento Económico em África e Migrações

Principalmente a partir do ano 2000 verificou-se um forte crescimento económico no continente africano, tendo este atingido, em 2008, um PIB de 1,6 biliões de dólares, valor semelhante ao registado pelo Brasil ou Rússia (Roxburgh et al 2010). Adicionalmente, em 2009, o PIB do continente registou um crescimento de 2%, enquanto os Estados Unidos e a Europa viam o seu produto decrescer (Aré et al 2010). A consultora Boston Consulting Group publicou em 2010 um artigo onde utilizava a expressão “leões africanos”, para caracterizar os oito países africanos com melhor desempenho económico. Os países que integravam este grupo eram: Argélia, Botswana, Egipto, Líbia, Maurícias, Marrocos, África do Sul e Tunísia. Estes países foram identificados na literatura como os “leões africanos”, por analogia com os “tigres asiáticos”, países asiáticos que registaram um crescimento económico acelerado na segunda metade do século XX. Importa realçar que esta análise é anterior ao período de instabilidade política e social vivido em alguns países do Norte de África a partir do final de 2010 e que ficou conhecido como “Primavera Árabe”. Esta onda de manifestações e protestos em prol da liberdade e da democracia tem criado instabilidade nestes países, levando mesmo a situações de guerra civil, como aconteceu na Líbia. Esta instabilidade teve obviamente impactos no crescimento

económico. Por exemplo, no Egito, o crescimento do PIB passou de 5,1% em 2010 para 1,8% em 2011, enquanto na Tunísia passou de 3% em 2010 para -2% em 2011 (dados do Banco Mundial¹⁵). Para além destes oito “leões”, existem outros países africanos que também se têm destacado ao nível do crescimento económico, como é o caso do Gana, Angola e Etiópia¹⁶ (Baker et al 2013). O McKinsey Global Institute classifica os países africanos de acordo com o seu percurso de crescimento. Existem quatro categorias nesta divisão: as economias diversificadas, que podem ser consideradas as mais avançadas de África: Egito, Marrocos, Tunísia e África do Sul; os exportadores de petróleo, que têm o PIB *per capita* mais elevado, mas têm economias muito pouco diversificadas e predominantemente assentes na exploração e exportação de petróleo, como é o caso da Argélia, Nigéria e Angola; as economias em transição, que apesar de terem um PIB *per capita* mais baixo têm registado um crescimento elevado nos últimos anos, como é o caso do Gana, Quênia e Senegal; e, por fim, as economias em pré-transição, que registam igualmente um crescimento bastante elevado, como é o caso do Congo, Etiópia e Mali (Roxburgh et al 2010).

O desempenho destes países é digno de nota, tendo em conta o diminuto crescimento das economias africanas nas décadas após a conquista da independência. Têm sido apontadas diversas causas para esta falta de crescimento, entre os quais a falta de qualificação dos recursos humanos, a falta de abertura para o comércio com o

¹⁵ <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

¹⁶ Para além dos países referidos é igualmente de destacar o caso de Moçambique que tem registado um crescimento económico acentuado, baseado principalmente na exploração de carvão e em grandes projectos de construção. A descoberta de reservas de gás natural irá certamente contribuir para sustentar este crescimento nos próximos anos. No entanto, é importante destacar que o crescimento deste país é baseado na exploração de recursos naturais sem que tenha existido ainda uma transformação estrutural da economia (African Development Bank Group 2013).

exterior e para a entrada de capital estrangeiro, ou a elevada fragmentação étnica, entre outros. Apesar de todos estes factores efetivamente se terem verificado, Freeman e Lindaeur (1999) consideram que não foram estes o principal elemento limitador do crescimento económico do continente. Pelo contrário, estes autores consideram que os factores mais relevantes consistiram na instabilidade política, que impediu a criação de condições favoráveis ao crescimento da economia, a par da falta de protecção dos direitos de propriedade, que constituiu por si só um forte inibidor do investimento.

Este recente crescimento económico do continente africano caracteriza-se por não estar exclusivamente assente na exploração de recursos naturais (apesar desta exploração ser crucial para os países produtores, tendo em conta o aumento da procura a nível mundial); os esforços para manter a paz e a estabilidade e por criar um ambiente macroeconómico favorável ao investimento são aspectos decisivos neste processo. Adicionalmente, o crescimento económico tem-se também feito acompanhar por algumas mudanças sociais relevantes para a sustentação do dinamismo económico do continente. Por exemplo, o aumento da urbanização¹⁷, que leva a que cada vez mais pessoas deixem o campo para viver nas grandes cidades africanas, proporciona um aumento da força de trabalho disponível para os sectores secundário e terciário, contribuindo para o aumento do número de assalariados e proporcionando o crescimento da classe média (Roxburgh et al 2010). As perspectivas

¹⁷ O crescimento das cidades cria também diversos problemas relacionados com a falta de saneamento básico, o crescimento de “bairros de lata” e o aumento da criminalidade. O desemprego urbano é também um grave problema das cidades africanas, uma vez que não existem oportunidades de emprego suficientes para absorver todos os cidadãos em idade activa (Adepoju 2008; UNDP 2009).

de crescimento futuro são promissoras e existem inúmeras oportunidades de investimento em África, principalmente nos sectores das telecomunicações, banca, construção e manutenção de infra-estruturas, agricultura e exploração de recursos naturais (Roxburgh et al 2010). Outro dos factores relevantes para o crescimento económico dos países africanos tem sido o aumento das relações comerciais com países fora do continente, nomeadamente com as grandes economias emergentes, como a China. Para além das relações comerciais, também o investimento estrangeiro tem aumentado no continente, direccionado tanto para o sector dos recursos naturais (cuja procura continua a aumentar por todo o mundo), como para outros sectores, como é o caso do turismo e construção (Leke et al 2010).

Apesar destes números serem impressionantes, não podemos deixar de ter em conta a reduzida fiabilidade dos dados estatísticos referentes ao continente africano. O caso do PIB é particularmente significativo uma vez que este indicador é obtido mediante um “ano base” em que o desempenho económico do país tenha sido particularmente positivo. Assim, se existir uma alteração neste “ano base”, podem existir alterações significativas nos valores, sem que isso seja verdadeiramente o reflexo do crescimento económico do país. Exemplo disto é o caso do Gana que, num único ano, registou um crescimento de 60% do PIB devido à actualização do “ano base” de cálculo de 1993 para 2006 (Gray 2012). Mesmo com este tipo de atualizações, acredita-se que os dados subestimem os valores reais, uma vez que a economia informal tem um peso elevado e não é contabilizada. De acordo com Morten Jerven, a produção de dados estatísticos em África tem sido negligenciada e é necessário que se aposte na produção de dados fiáveis e consistentes, que possam ser

utilizados para acompanhar o crescimento destes países (Jerven, 2013). A criação do Observatório ACP das Migrações serviu, entre outros aspectos, para melhorar a produção de dados estatísticos sobre migrações nas regiões de África, Caraíbas e Pacífico tendo chegado à conclusão de que o principal problema nem sempre está na existência de dados (uma vez que eles existem e, em alguns casos, estão actualizados) mas sim na sua disseminação e utilização na definição de políticas (IOM 2013a).

Entre as mudanças sociais que acompanham o crescimento económico dos países africanos têm-se vindo a verificar também alterações ao nível das migrações.

O crescimento económico destes países funciona como factor de atracção para muitos migrantes que procuram oportunidades de trabalho e, com isso, melhorar as suas condições de vida. Por exemplo, Angola tornou-se um país muito atractivo para os migrantes dos países vizinhos, devido à situação de paz e estabilidade alcançada com o final da guerra civil em 2002 e com o crescimento da exploração de petróleo (ACP Observatory on Migration 2010a). Em 2007, foi aprovada no parlamento uma legislação¹⁸ destinada a regular a situação dos imigrantes residentes no país e que estabelece as condições em que os cidadãos estrangeiros podem entrar e permanecer no país, bem como os seus direitos e deveres. O aumento da estabilidade política e o crescimento económico têm também feito aumentar a imigração indocumentada, motivada pela procura de oportunidades de emprego no sector informal da economia, principalmente na fronteira norte do país, o que levou o governo a reforçar o controlo das fronteiras (ACP Observatory on Migration 2010a) e a expulsar alguns destes

¹⁸ Lei número 2/07 de 31 de Agosto, Diário da República, Sexta-feira, 31 de Agosto de 2007, I Série – No 105.

migrantes, como aconteceu em 2004 com 300 mil cidadãos da República Democrática do Congo (IOM 2005).

Outro exemplo deste efeito de atracção é a África do Sul, principal destino dos migrantes da região da África Austral, que enfrenta diversos desafios associados à imigração, como a prevalência de imigração indocumentada e o crescimento de sentimentos de xenofobia relativamente aos cidadãos estrangeiros (IOM 2013c). A imigração irregular é um problema bastante comum na África do Sul, apesar de não existirem valores concretos sobre este tipo de deslocações. Muitos destes migrantes são oriundos do Zimbabué, tratando-se em muitos casos de menores, que fazem a travessia da fronteira sozinhos e que estão, por isso, numa situação extremamente vulnerável (Dzimwasha 2014). Para combater este flagelo, a África do Sul aprovou em Agosto de 2013 uma legislação que criminaliza os actos relacionados com o tráfico e o abuso destes migrantes (IOM 2013b) e, paralelamente, reduziu as formalidades de entrada no país para os cidadãos do Zimbabué. Apesar disso, a migração indocumentada continua a ser comum, uma vez que existe um elevado desconhecimento da legislação em vigor (Dzimwasha 2014). Outro dos grandes desafios que a África do Sul enfrenta no que diz respeito à migração tem a ver com a imagem negativa que a população do país tem dos imigrantes. Os líderes políticos têm utilizado as diferenças étnicas e religiosas para distinguir os migrantes, utilizando-os como “bode expiatório” e associando-os ao aumento do desemprego, criminalidade e até à transmissão de doenças como o HIV/SIDA, o que tem feito aumentar os sentimentos xenófobos, levando a que grande parte da população defenda as deportações e expulsões dos cidadãos estrangeiros (Adepoju 2008). Esta imagem dos

migrantes está associada à precariedade de condições de vida de grande parte da população local (mesmo nos países africanos com melhor desempenho económico), a qual propicia que os migrantes sejam percebidos como responsáveis pela escassez de empregos e pelo aumento da criminalidade (Tobias 2012).

Tendo em conta que a migração é um fenómeno natural e inevitável num mundo em que todos os países estão cada vez mais interligados, é fundamental que a agenda política deixe de olhar para este fenómeno como um problema que é preciso controlar, mas antes que sejam tidas em consideração as vantagens que os migrantes podem trazer para o país de origem e de destino. Para isso, é fundamental que sejam delineadas políticas de cooperação entre os vários países no que diz respeito à deslocação de pessoas. Exemplo deste tipo de políticas são os acordos regionais existentes nas diferentes áreas geográficas da África Subariana, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que têm como objectivo promover o desenvolvimento económico da região através da promoção das trocas comerciais e da mobilidade de pessoas. Apesar disso, na prática, muitas destas intenções não são aplicadas e os migrantes continuam a enfrentar grandes dificuldades para se fixarem nos países de acolhimento e beneficiarem dos mesmos direitos que os restantes cidadãos. O sucesso destas políticas depende da existência de instituições fortes e estáveis e de um apoio incondicional dos governos de cada um dos países. É necessário que se desenvolva uma verdadeira política de migração, baseada em dados concretos sobre o volume de migrantes, a sua origem, destino e as suas características, bem como um levantamento da legislação existente

em cada um dos países, para que aquela possa ser adaptada de modo a não colidir com os princípios definidos nos acordos regionais (Adepoju 2005; UNDP 2009). Para além disso, é crucial que se capacitem as instituições e que seja fomentada a disseminação da informação sobre a legislação existente, para que a população esteja informada sobre os seus direitos, minimizando assim o tráfico de seres humanos e as situações de irregularidade (Adepoju 2005).

Conclusões

Os movimentos migratórios existentes no interior do continente africano são uma realidade muito presente na história do continente e no quotidiano da sua população. Os conflitos, a instabilidade política e social, as condições ambientais extremas e a escassez de oportunidades de emprego levam a que muitos indivíduos decidam deixar o seu país de origem em busca de melhores condições de vida. O forte crescimento demográfico tem como consequência a existência de uma elevada percentagem da população em idade activa, alguma da qual altamente qualificada, que necessita de trabalhar e que não encontra oportunidades no seu país. Podemos afirmar que existirão sempre movimentos migratórios, tendo em conta a globalidade da economia actual, as necessidades dos mercados e o desejo de melhores condições de vida dos indivíduos. No entanto, se a situação económica do país for favorável, se existir estabilidade política e social, acesso à saúde e à educação e se forem dadas à população oportunidades para melhorar as suas condições de vida, existirão menos incentivos para migrar.

Durante muito tempo, as remessas e a importância da diáspora foram as faces mais visíveis das migrações africanas sendo consideradas como uma importante alavanca para o desenvolvimento dos países de origem. Nos últimos anos, começou a existir uma nova consciencialização fomentada pelo crescimento económico de alguns países africanos que se traduz numa preocupação com a criação de leis que regulem a entrada e fixação dos imigrantes, bem como o seu acesso aos serviços sociais e ao mercado de trabalho. O estabelecimento e cumprimento desta legislação são condições fundamentais para a redução das migrações irregulares, que colocam os imigrantes em situações precárias e de grande vulnerabilidade, contribuindo para a criação de uma imagem negativa junto da população local. Para além da criação de legislação adequada, é fundamental que esta seja divulgada, para que seja do conhecimento geral, evitando assim que os migrantes procurem vias irregulares de deslocação por desconhecerem os seus direitos. É também crucial que os funcionários que trabalham nas fronteiras sejam formados para que tenham total conhecimento do enquadramento legal vigente e para diminuir as situações de corrupção. A definição deste tipo de políticas está intimamente relacionada com o estabelecimento de acordos regionais que pressupõem a promoção da deslocação de pessoas e bens entre os países da região.

Assim, podemos afirmar que, a par da importância das remessas e dos membros da diáspora no processo de desenvolvimento do seu país de origem, surge uma nova preocupação com a regulamentação da imigração, principalmente nos países africanos que têm registado um crescimento económico mais acentuado e que, por isso, se tornam especialmente atractivos para os migrantes que se deslocam no

continente. Importa ressaltar que um dos factores cruciais para a definição de políticas de migração coerentes e adaptadas à realidade é a existência de dados estatísticos fiáveis e atualizados e a sua utilização na definição de políticas. A produção deste tipo de dados necessita de ser incentivada e devem ser criadas condições para que os governos produzam esta informação, através da criação de infra-estruturas, da formação de recursos humanos e da utilização de metodologias adaptadas (IOM 2013a).

Em investigações futuras será interessante perceber até que ponto o crescimento económico de alguns países africanos e o conseqüente foco nos temas relacionados com as migrações contribuíram para a melhoria da qualidade das análises e dos dados estatísticos produzidos. O carácter recente das alterações económicas que têm ocorrido no continente africano torna também relevante a análise contínua dos fluxos migratórios do continente de forma a identificar as alterações e as novas tendências que possam emergir nos próximos anos como resultado dessas alterações.

O desafio dos países da África Subariana, principalmente daqueles cujas economias registam um crescimento mais acentuado, é conseguirem gerir a entrada de imigrantes de forma equilibrada, controlando os movimentos irregulares e criando condições para a integração dos imigrantes na sociedade, ao mesmo tempo que mantêm os membros da diáspora envolvidos e comprometidos, promovendo a sua participação activa, o seu regresso ou investimento na economia do país. No entanto, importa ressaltar que os migrantes não podem ser responsabilizados pelo processo de desenvolvimento, pertencendo esse ónus ao governo e às instituições. Tal como

afirmava Skeldon (2008) a boa governação e a existência de instituições capazes de promover a melhoria das condições de vida da população são o factor crucial para o desenvolvimento de um país.

Referências Bibliográficas:

Abreu, Alexandre (2009), “As Migrações Internacionais e o Desenvolvimento dos Países de Origem: Impactos e Políticas”, ACIDI, Novembro 2009.

ACP Observatory on Migration (2010a), “Overview on South-South Migration and Development in Angola - Trends and Research Needs”, ACP Observatory of Migration, 2010.

ACP Observatory on Migration (2010b), “Overview on South-South Migration and Development in West Africa - Trends and Research Needs”, ACP Observatory on Migration, 2010.

ACP Observatory on Migration (2011a), “Aperçu régional sur les migrations sud-sud et le développement en Afrique central – Tendances et Besoins en Recherche”, ACP Observatory on Migration, 2011.

ACP Observatory on Migration (2011b), “Overview on South South Migration and Development in East Africa – Trends and Research Needs”, ACP Observatory on Migration, 2011.

ACP Observatory on Migration (2011c), “Overview on South-South Migration and Development in Southern Africa - Trends and Research Needs”, ACP Observatory on Migration, 2011.

Adepoju, Aderanti (2005), “Migration in West Africa”, Policy Analysis and Research Programme of the Global Commission on International Migration, Setembro 2005.

Adepoju, Aderanti (2007), "Migration in Sub-Saharan Africa - A background paper commissioned by the Nordic Africa Institute for the Swedish Government White Paper on Africa", Human Resources Development Centre, Nigeria, 2007.

Adepoju, Aderanti (2008), "Migration and social policy in sub-Saharan Africa", UNRISH, International Migration for Migration, Institute for Future Studies, 2008.

African Development Group (2013), "Mozambique Economic Outlook", African Economic Outlook 2013 (Disponível em <http://www.afdb.org/countries/southern-africa/mozambique/mozambique-economic-outlook/>) (Acedido a 21 Março 2014).

Araújo, Manuel G. Mendes de e Muanamoha, Ramos C; (2011), "Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem", Revista Internacional em Língua Portuguesa - Migrações, III Série, Nº 24, 2011, pp 165-186.

Aré, Lionel; Chabenne, Sami; Dupoux, Patrick; Ivers, Lisa; Michael, C. David; Morieux, Yves (2010), "The African Challengers – Global Competitors Emerge from the Overlooked Continent", Boston Consulting Group, 2010.

Baker, Craig; Beal, Douglas; Ermias, Tenbite; Tan, Sek-loong; Ratcliffe, Andy (2013), "The New Prosperity – Strategies for Improving Wellbeing in Sub-Saharan Africa", Boston Consulting Group, 2013.

Bakewell, Oliver (2009), "South-South Migration and Human Development: Reflections on African Experiences", United Nations Development Programme, Human Development Reports Research Paper (2009).

Baldwin, G.B. (1970), "Brain Drain or Overflow?" , Foreign Affairs, 48, Janeiro 1970 (Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/24147/george-b-baldwin/brain-drain-or-overflow>) (Acedido a 20 Março 2014).

Castles, Stephen (2005), "Globalização, Transnacionalismo e Novo Fluxos Migratórios – Dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais", Fim de Século Edições, Sociedade Unipessoal, Lda, 2005.

Charrière, Floriane e Frésia, Marion (2008), "West Africa as a Migration and Protection Area", Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Novembro 2008.

de Haas, Hein (2008), "Migration and Development: A Theoretical Perspective", International Migration Institute, University of Oxford, International Migration Review, 44, 2008.

Docquier, Frederic e Abdeslam Marfouk (2006), "International migration by education attainment, 1990-2000," C. Özden e M. Schiff (eds.), International Migration, Remittances and the Brain Drain, Washington DC, World Bank e Palgrave Macmillan, pp. 151-199.

Dzimwasha , Taku (2014), "Zimbabweans migrating to South Africa at risk of abuse and exploitation", The Guardian, Janeiro 2014 (Disponível em <http://www.theguardian.com/global-development/2014/jan/13/zimbabwe-migration-south-africa-exploitation>) (Acedido a 9 Março 2014).

Faist, Thomas (2013), "The Mobility Turn: A New Paradigm for the Social Sciences?", *Ethnic and Racial Studies*, 36 (11), Junho 2013.

Freeman, B. Richard e Lindauer, L. Dabid (1999), "Why Not Africa?", National Bureau of Economic Research, Massachusetts, Fevereiro 1999.

Gray, Laura (2012), "How to boost GDP stats by 60%", BBC News, 9 de Dezembro 2012 (Disponível em <http://www.bbc.com/news/magazine-20639775>) (Acedido a 4 Março 2014).

Harris, J.R e Todaro, M.P. (1970), "Migration, unemployment and development: A two-sector analysis," *American Economic Review*, 60, 126-142.

IOM (2005), "Migration and Development: New Strategic Outlooks and Practical Ways Forward - The Cases of Angola and Zambia", International Organization for Migration, 2005.

IOM (2013a), "Migration and development within the South: New evidence from African, Caribbean and Pacific countries", International Organization for Migration, Migration Research Series, Nº 46, 2013.

IOM (2013b), "Anti-trafficking bill signed into law in South Africa", International Organization for Migration, 2013 (Disponível em <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/news-and-views/press-briefing-notes/pbn-2013/pbn-listing/anti-trafficking-bill-signed-int.html>) (Acedido a 9 Março 2014).

IOM (2013c), “South Africa”, International Organization for Migration, Outubro 2013 (Disponível em <https://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/where-we-work/africa-and-the-middle-east/southern-africa/south-africa.default.html?displayTab=additional-resources>) (Acedido a 8 Março 2014).

Jerven, Morten (2013) “Why We Need to Invest in African Development Statistics: From a Diagnosis of Africa’s Statistical Tragedy Towards a Statistical Renaissance”, Setembro 2013 (Disponível em <http://africanarguments.org/2013/09/26/why-we-need-to-invest-in-african-development-statistics-from-a-diagnosis-of-africas-statistical-tragedy-towards-a-statistical-renaissance-by-morten-jerven/>) (Acedido a 10 Fevereiro 2014).

Kinyanjui Kinuthia, B. (2013), “Spotlight on the young and skilled: Exploring the potential contribution of Kenya’s diasporas in the South”, Research report, ACP Observatory on Migration e IOM, Bruxelas, 2013.

Leke, Acha; Lund, Susan; Roxburgh, Charles; van Wamelen, Arend (2010), “What’s driving Africa’s growth”, McKinsey Global Institute, Junho 2010.

Levitt, Peggy (1998), “Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Culture Diffusion”, International Migration Review, Volume 32, Nº 4, 1998.

Musonda, F. Mndeme (2006), “Migration Legislation in East Africa”, International Migration Papers, International Migration Programme, International Labour Office, Genebra, 2006.

North, Douglas C. (1991), "Institutions", *The Journal of Economic Perspectives*, Volume 5, Número 1, 1991, pp 97-112.

OECD-UNDESA (2013), "World Migration in Figures", OECD-UNDESA, Outubro 2013 (Disponível em <http://www.oecd.org/els/mig/World-Migration-in-Figures.pdf>) (Acedido a 10 Março 2014).

Oucho, J., L. Oucho e A. Ong'ayo (2013), "The biggest fish in the sea? Dynamic Kenyan labour migration in the East African Community", Research report, ACP Observatory on Migration e IOM, Bruxelas, 2013.

Oyeniya, B.A. (2013), "Internal migration in Nigeria: A positive contribution to human development.", Research report, ACP Observatory on Migration e IOM, Bruxelas.

Peixoto, João (2004), "As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas", SOCIUS Working Papers, SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG, Lisboa, 2004.

Roxburgh, Charles; Dörr, Norbert; Leke, Acha; Tazi-Riffi, Amine; van Wamelen, Arend; Lund, Susan; Chironga, Mutsa; Alatovik, Tarik; Atkins, Charles; Terfous, Nadia; Zeino-Mahmalat, Till (2010), "Lions on the move: The progress and potential of African economies", McKinsey Global Institute, Junho 2010.

Shimeless, Abebe (2010), "Migration Patterns, Trends and Policy Issues in Africa", African Development Bank Group, Dezembro 2010.

Skeldon, Ronald (2008), "International Migration as a Tool in Development Policy: A Passin Phase?", *Population and Development Review*, 34, Março 2008.

Tobias, Saul (2012) “Neoliberal Globalization and the Politics of Migration in Sub-Saharan Africa”, *Journal of International and Global Studies*, Volume 4, Nº 1, Novembro 2012.

Tolentino, Nancy Curado (2009), “Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano”, *SOCIUS Working Papers*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Nº 9/2009, Maio 2009.

United Nations (2013a), “International Migration 2013: Migrants by origin and destination”, *Population Facts*, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, Nº 3/2013, Setembro 2013.

United Nations (2013b), “International Migration Report 2013”, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, Dezembro 2013.

United Nations (2013c), *International Migration 2013: WallChart2013* (Disponível em <http://esa.un.org/unmigration/documents/WallChart2013.pdf>) (Acedido a 20 Março 2014).

United Nations (2013d), “The number of international migrants worldwide reaches 232 million”, *Population Facts*, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, Nº 2/2013, Setembro 2013.

UNDP (2009), “Human Development Report 2009 - Overcoming barriers: Human mobility and development”, UNDP, 2009.

World Bank (2013), “Developing Countries to Receive Over \$410 Billion in Remittances in 2013, Says World Bank”, Outubro 2013 (Disponível em

<http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2013/10/02/developing-countries-remittances-2013-world-bank>) (Acedido a 15 Fevereiro 2014).

Sites na Internet:

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/> e

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

Comunidade da África Oriental (EAC): <http://www.eac.int/>

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO):

<http://www.ecowas.int/>

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): <http://www.sadc.int/>

Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações Unidas,

Divisão de População, Migração:

<http://www.un.org/esa/population/migration/index.html>

Observatório ACP das Migrações: <http://www.acpmigration-obs.org/>

Organização Internacional para as Migrações: www.iom.int

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE):

<http://www.oecd.org/>